

**CARTA AJ/JUARH Nº 306/2018**

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2018.

**AO MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS – Líder do  
CONSÓRCIO SANEAR BRASIL**

A/C Sr. Rafael Domingos Faiardo Vanzella

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3144, 11º andar, Jardim Paulistano,

São Paulo – SP,

CEP 01.451-000.

**C/C PINHEIRO MOURÃO, RASO E ARAÚJO FILHO ADVOGADOS**

A/C Sr. Antônio Fernando Guimarães Pinheiro

Rua Pernambuco, 353, 7º andar, Funcionários,

Belo Horizonte – MG,

CEP 30.130-151.

**C/C LCA CONSULTORES S.S.**

A/C Sr. Fernando José de Camargo

Rua Cardeal Arcoverde, 2450, conjuntos 301 a 309, Pinheiros,

São Paulo – SP,

CEP 05.408-003.

**C/C NÚCLEO DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA ENGENHARIA E SERVIÇOS  
LTDA.**

A/C Sr. Mauricio Alves Fourniol

Rua Emilio Mallet, 317, sala 1414, Vila Gomes Cardim,

São Paulo – SP,

CEP 03.320-000.

**C/C DÓREA MATTOS ENGENHARIA LTDA.**

A/C Sr. Aldo José Sampaio Mattos

Rua Frederico Simões, 153, sala 604, Caminho das Árvores,

Salvador – BA,

CEP 41.820-774.

**Assunto: Extinção do Contrato OCS nº 263/2017**

Prezados,

Comunicamos, pela presente, que a Sra. Diretora da Área de Desestatização e Estruturação de Projetos do BNDES autorizou, em 25/06/2018, a extinção do Contrato OCS nº 263/2017, com base na proposta contida na IP ADEP/DEPROE nº 002/2018, de 23/05/2018, e analisada na Nota AJ/JUARH/GEJUR1 nº 200/2018, de 06/06/2018,



indeferindo o pedido de indenização formulado pelo Consórcio Sanear Brasil em correspondência de 03/04/2018.

A extinção do Contrato OCS nº 263/2017 baseou-se no disposto na Cláusula Décima Sexta, inciso IX, do Contrato em tela, segundo o qual "(...) é cabível a sua resolução quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato".

Cabe assinalar que, conforme a previsão do Parágrafo Segundo da referida Cláusula Décima Sexta, foi oportunizada ao Consórcio a faculdade de se manifestar, previamente, quanto a tal extinção contratual, por meio da Carta AD/DEADE nº 01/2018, de 19/03/2018.

Nesse sentido, através de correspondência datada de 03/04/2018, o Consórcio não se opôs à extinção do Contrato em tela, tendo em vista a ocorrência de fatos impeditivos da execução contratual, que restaram caracterizados na IP ADEP/DEPROE nº 002/2018.

O pleito indenizatório formulado pelo Consórcio, no bojo da referida manifestação datada de 03/04/2018, a título de ressarcimento em face de pretensos prejuízos ocorridos em virtude da antecipação de atividades contratuais e do pagamento de despesas vinculadas a tais atividades, foi indeferido, dada a ausência de demonstração dos elementos do dano e do nexo causal entre os pretensos prejuízos financeiros por ele suportados e os atos de gestão contratual praticados pelo BNDES.

Encaminhamos, em anexo, cópia da decisão administrativa de extinção do Contrato OCS nº 263/2017 e dos documentos que a embasaram. Quaisquer informações adicionais sobre o procedimento de extinção contratual poderão ser obtidas junto aos advogados Renan Torres Fernandes, Tais Guida Fonseca Guedes ou Leandro Gadelha, nos telefones (21) 3747-6296, (21) 3747-8793 e (21) 3747-6399, ou por correio eletrônico nos endereços [renan.fernandes@bndes.gov.br](mailto:renan.fernandes@bndes.gov.br), [tals.guida@bndes.gov.br](mailto:tals.guida@bndes.gov.br) ou [lenog@bndes.gov.br](mailto:lenog@bndes.gov.br), respectivamente.

*Renan Torres Fernandes*  
Renan Torres Fernandes  
Advogado  
OAB/RJ 167.862  
AJ/JUARH/GEJUR1

Atenciosamente,  
*Leandro Gadelha*  
Leandro Gadelha Dourado Nogueira  
Gerente Jurídico – OAB/RJ nº 132.549  
Departamento Jurídico de Administração e Recursos Humanos  
Área Jurídica – BNDES

**Anexos à Carta AJ/JUARH/GEJUR3 nº 306/2018, de 11/07/2018:**

- Cópia da IP ADEP/DEPROE nº 002/2018, de 23/05/2018; e
- Cópia da Nota AJ/JUARH/GEJUR1 nº 200/2018, de 06/06/2018.